GÁS NATURAL: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS PARA O RIO DE JANEIRO

Avaliação da precificação atual e do modelo restritivo regulatório no mercado do Rio de Janeiro

RESUMO

É fato que teremos expansão da oferta de gás natural no Brasil e o Rio de Janeiro será o principal estado produtor. A questão reside em qual mercado consumidor teremos para monetização deste energético.

O gás natural é um combustível que não é facilmente substituído. Isso não apenas porquê a troca gera custos de adaptação, mas também pelo fato de que a sua utilização é fator de qualidade para o produto final e contribui para o atingimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa estabelecidas tanto pela COP21 quanto pela Política do estado do Rio sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável.

Contudo, desde a implementação do novo modelo contratual na região Sudeste, chamado de Contrato Renegociado pela Petrobras, de janeiro de 2016 até o final de 2018, o preço do gás natural acumulou aumento 60% maior quando comparado à precificação no Contrato Antigo. Nas distribuidoras fluminenses o aumento foi ainda maior, acumulando alta de 98%.

Isto não apenas impactou negativamente a competitividade da indústria consumidora de gás natural, como também a percepção de economia da utilização de Gás Natural Veicular – GNV.

Enquanto avanços regulatórios para o mercado de gás não são implementados, seguiremos reinjetando mais de 30% do nosso gás produzido, reduzindo e simplificando nossa base consumidora e, também, desestimulando o desenvolvimento de novos projetos de fornecedores.

Como resultado de um mercado de dois monopólios, o de produção e o de distribuição, de um lado, as indústrias que dependem do gás cogitam fechar suas plantas no estado, pois com é quase impossível sobreviver a ajustes do preço do gás que acumularam 95% em dois anos, e, de outro lado, projetos de novos produtores são desenvolvidos em banho-maria.

Apenas nos últimos dois anos, estimativas da Firjan apontam que o modelo de precificação custou até R$ 1,6 bilhão para consumidores de gás fluminenses, o que coloca em risco pelo menos 40 mil empregos diretos industriais, acentuando a crise dos últimos anos que desempregou 34% da mão-de-obra industrial fluminense.

Por isso, esta nota técnica tem como objetivo detalhar o impacto socioeconômico causado pela precificação do gás natural, hoje praticada, no estado do Rio e do modelo regulatório restritivo atual, tendo como base os dois principais segmentos consumidores: o industrial e a utilização do gás natural como combustível automotor (Gás Natural Veicular – GNV).

INTRODUÇÃO

Muito se fala sobre o potencial do mercado de gás natural no Brasil. Possuímos os recursos naturais e estamos em local estratégico para investimentos em capacidade industrial, como no parque petroquímico, por exemplo.

Vale lembrar que o gás natural é um combustível que não é facilmente substituído. Isso não apenas porquê a troca gera custos de adaptação, mas também pelo fato de que de ser fator de qualidade para o produto final e contribuir no atingimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa estabelecidas na COP21 e pela Política do Estado do Rio sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável.

Ainda assim, não temos um mercado dinâmico e aberto a investimentos como esperado. Existem melhorias regulatórias necessárias para este avanço, contudo, como resultado da estrutura atual, há ainda uma grande barreira a ser superada para a continuidade do mercado de gás nacional: o agente monopolista, a Petrobras.

E seu poder de influência é continuamente utilizado para adaptar o mercado unicamente para as suas necessidades, que pode ser evidenciado com o momento atual de precificação do gás natural.

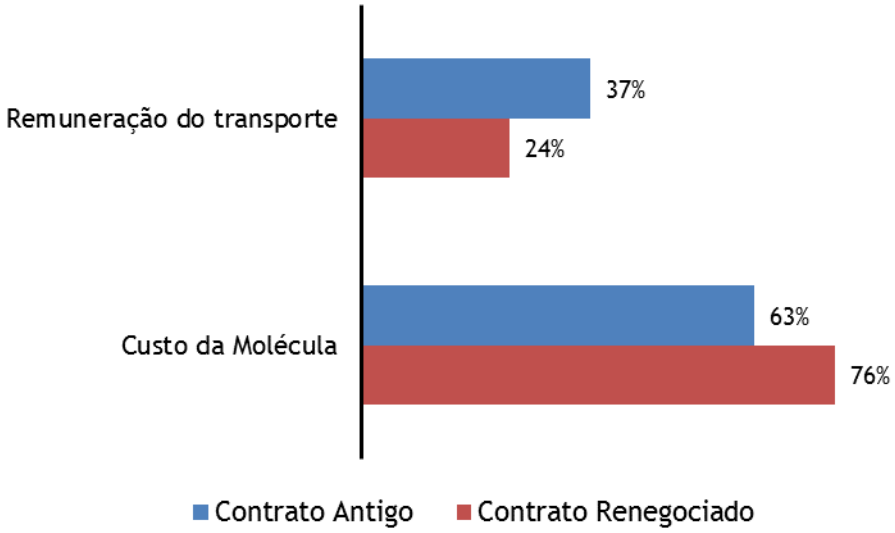
É comum que, em momentos de crise, os contratos sejam revisitados, visando que o negócio continue atrativo tanto para o comprador quanto para o fornecedor. Isso é uma realidade em qualquer que seja o mercado, aconteceu recentemente com os contratos de prestação de serviço para a exploração e produção (E&P) de óleo e gás, e também com os contratos de fornecimento de gás natural.

Os resultados foram diferenciados quando comparamos o E&P com o fornecimento do gás natural. A revisão dos contratos de E&P levaram a reduções de custos, o que viabilizou a continuidade da operação de importantes projetos produtores. Por outro lado, se utilizando do fato de ser a única fornecedora de gás do sistema integrado de transporte de gás natural no Brasil, a repactuação dos contratos de fornecimento de gás natural ocasionou aumento considerável dos preços fornecidos às distribuidoras do produto.

Primeiro, como apresentado no Gráfico 1, a nova metodologia de precificação reduziu a parcela referente a remuneração da infraestrutura de transporte. Como o preço da molécula do gás natural é lastreada na cotação internacional de petróleo, a maior participação dessa parcela tornou o preço final mais suscetível às variações do barril de petróleo.

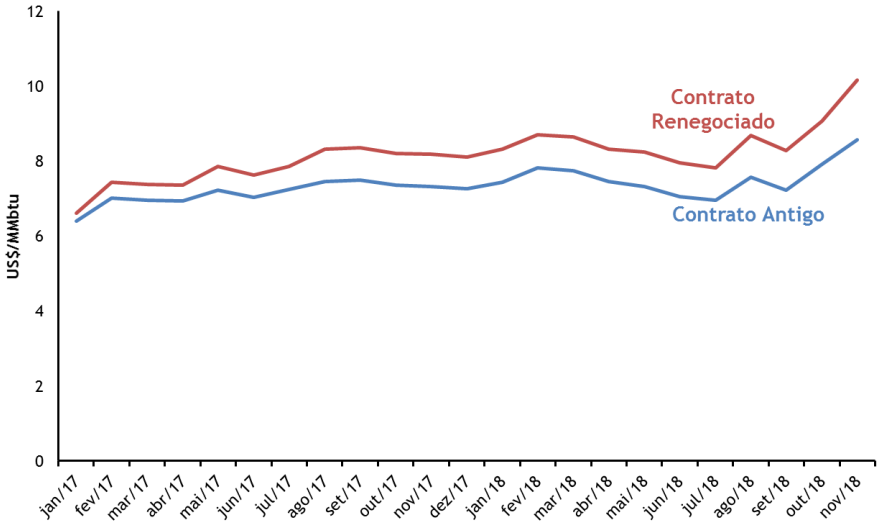
Além disso, desde a implementação do novo modelo contratual na região Sudeste, chamado de Contrato Renegociado, de janeiro de 2016 até o final de 2018, o preço do gás natural acumulou aumento 60% maior quando comparado à precificação no Contrato Antigo. Os valores podem ser observados no Gráfico 2, os quais são publicados mensalmente pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Gráfico 1. Parcelas do preço do gás da Petrobras – Contrato Antigo e Renegociado



Fonte: elaboração própria com dados do MME, 2019.

Gráfico 2. Evolução do preço do gás natural para o Sudeste – 2017 e 2018



Fonte: elaboração própria com dados do MME, 2019.

Isto ocorreu em um momento de crise não apenas no mercado de petróleo e gás, como também em todo Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro. Passamos pela redução de demanda geral da economia, com aumento dos desligamentos de empregados e redução do investimento. O novo contrato de fornecimento de gás natural trouxe impactos ainda mais negativos para a indústria consumidora fluminense.

Durante momento de contrações dos gastos e redução das encomendas, a inflação de custos causada pelo gás natural apenas agravou a situação para o estado. Por isso, esta nota técnica tem como objetivo avaliar o impacto socioeconômico causado pela precificação do gás no estado do Rio e do modelo regulatório restritivo atual, tendo como base os dois principais segmentos consumidores: o industrial e a utilização do gás natural como combustível automotor (Gás Natural Veicular – GNV).

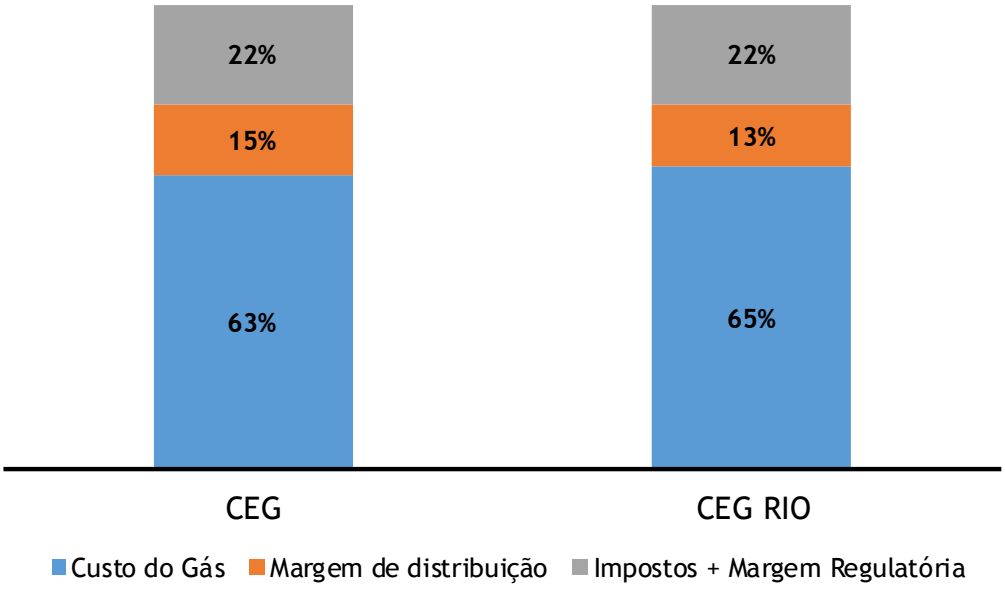
IMPACTO PARA A INDÚSTRIA FLUMINENSE

Em um levantamento preliminar realizado pela Firjan com consumidores de gás natural no estado do Rio, foi identificado que o aumento contínuo dos preços está colocando em risco a operação dessas plantas industriais. Essas empresas são responsáveis por consumir mais de 60% do gás industrial do estado e empregam mais de 40 mil pessoas.

Na maioria dessas plantas, o gás natural, pelo seu uso intensivo, é parte significativa dos custos da companhia e estratégica, por impactar na qualidade final do produto.

A tarifa final paga é composta pelo custo de aquisição do gás, a margem de distribuição, impostos e taxa de regulação. Em média, nas distribuidoras do estado do Rio, o custo de aquisição do gás impacta em mais de 60% do total, conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3. Decomposição média da tarifa ao consumidor industrial no Rio



Fonte: cálculos próprios a partir de dados da Agenersa, jan/2019.

Percebe-se que o custo do gás natural praticado pela Petrobras é um fator de competitividade na formação da tarifa final de distribuição. Essa importância é ainda mais acentuada para os grandes consumidores, pois a margem de distribuição é inversamente proporcional ao consumo. E quanto maior o custo do gás, maior será o impacto.

Considerando, então, a demanda industrial por gás natural total de janeiro de 2017 até novembro de 2018, estima-se que a indústria pagou aproximadamente R$ 200 milhões a mais com o aumento no preço gerado pela repactuação do contrato.

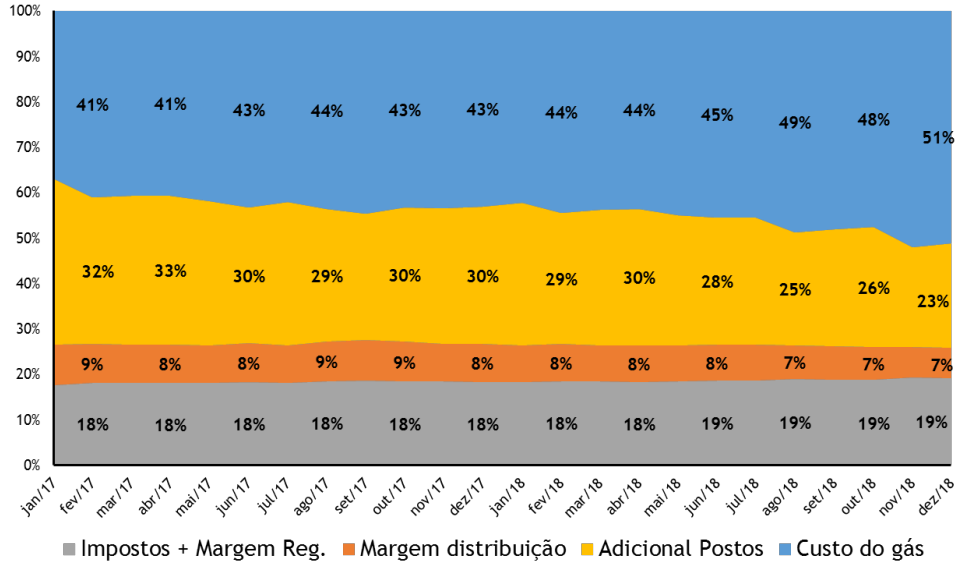
Este valor significa perda de competitividade para nossas industrias que nunca será reavido. É também perda para o estado do Rio, pois dificulta a retomada econômica de nossa economia.

IMPACTO PARA O GNV

Estes aumentos impactam, também, a percepção de valor na utilização do Gás Natural Veicular – GNV. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, enquanto que o GNV ao consumidor final acumulou alta de 25% nos preços, a gasolina e o diesel fecharam o ano com aumento de 8% e 4%, respectivamente.

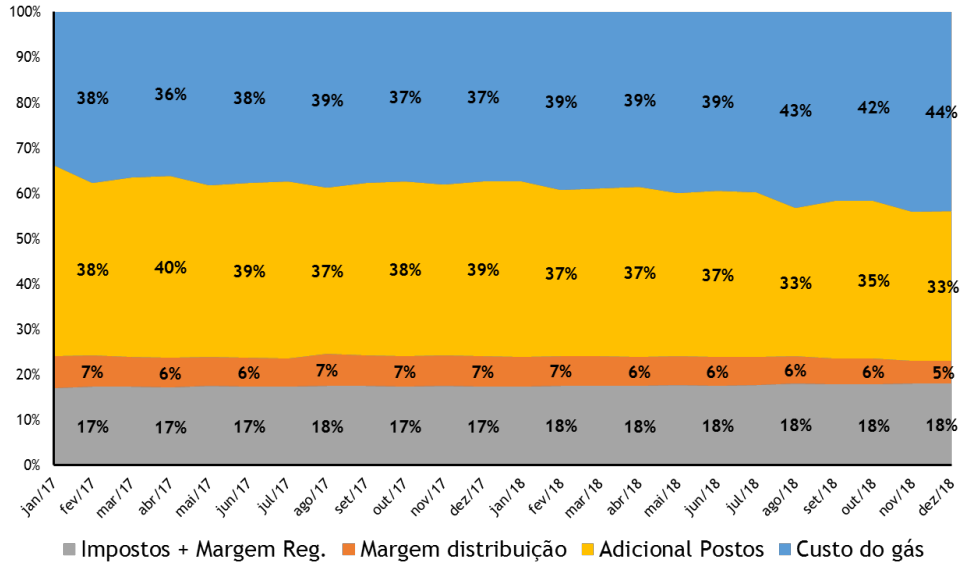
Neste caso, o problema também está no preço do gás praticado pela Petrobras. Conforme apresentado nos Gráficos 4 e 5, entre janeiro de 2017 e dezembro de 2018, esta parcela teve sua representatividade no preço médio final acrescida em 14 pontos percentuais nos postos na área de concessão da CEG e 10 pontos na área da CEG Rio.

Gráfico 4. Decomposição do preço médio do GNV na área de concessão da CEG



Fonte: elaboração própria com dados da ANP e Agenersa, 2019.

Gráfico 5. Decomposição do preço médio do GNV na área de concessão da CEG Rio



Fonte: elaboração própria com dados da ANP e Agenersa, 2019.

Esse aumento do custo para a indústria gera perda de competitividade e afeta a percepção de economia ao utilizar o GNV. E conforme apresentado em nota técnica[1] publicada pela Firjan em novembro de 2018, dada a maior eficiência e benefícios estaduais na utilização do GNV, a economia em um ano que pode ultrapassar R$ 3.000 reais por ano. Ou seja, quando o consumidor escolhe outro combustível ele está reduzindo o seu poder aquisitivo.

Desse modo, utilizando a mesma metodologia feita para o segmento industrial, estima-se que os consumidores de GNV pagaram R$ 220 milhões a mais pela mudança na precificação do gás natural.

E isto resultou em uma queda no total de instalações de Kit GNV em dezembro de 2018. Comumente, dezembro é um mês de pico, pois é o último mês para que o motorista tenha direito ao benefício de desconto no Imposto Sobre Propriedades de Veículos Automotores – IPVA.

Após um ano recorde de demanda por conversões, o último mês do ano apresentou redução de 30% nas conversões quando comparado com o mesmo mês em 2017. Essa redução representou perda de R$ 25 milhões no faturamento das indústrias instaladoras de Kit GNV fluminenses.

Desse modo, o impacto da nova precificação para o segmento de GNV foi de pelo menos R$ 245 milhões nos últimos dois anos.

Ou seja, mais uma vez, perdemos a oportunidade de contribuir com a retomada econômica do estado, ao restringirmos o poder aquisitivo de nossa população. E, o GNV tem papel fundamental, não apenas por ser mais barato, mas principalmente pelo efeito multiplicador da aplicação do recurso na economia, obtido com menor despesa no abastecimento de veículos.

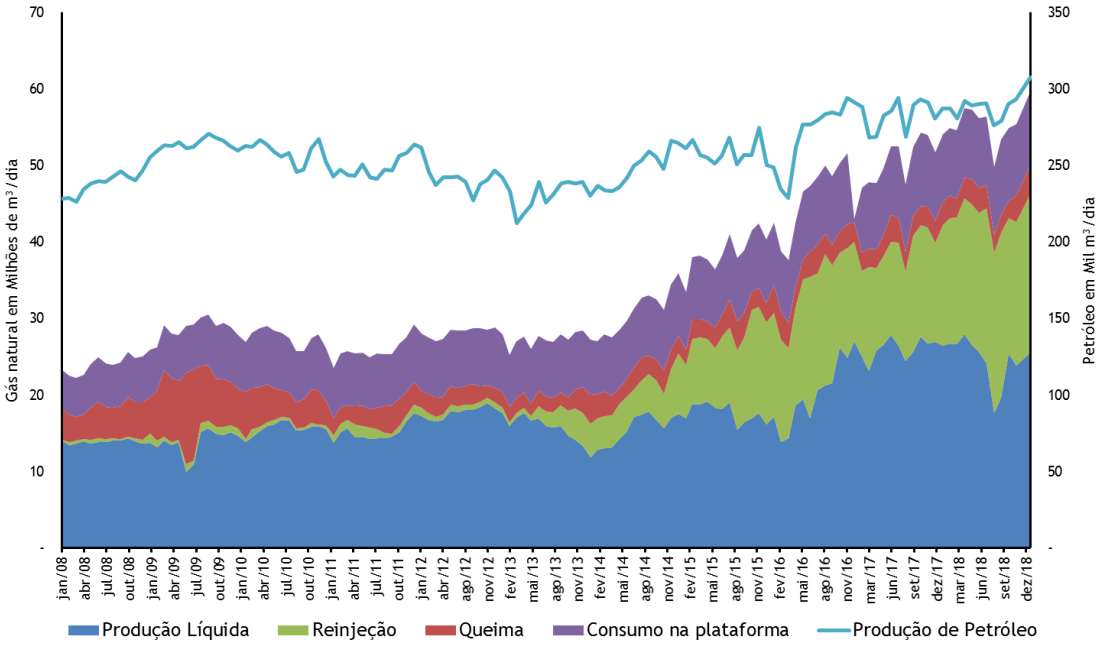
[1] O valor do GNV para o Rio de Janeiro. Disponível para acesso em: https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/o-valor-do-gnv-para-o-rio-de-janeiro.htm

COMO DESENVOLVER O MERCADO DE GÁS NO RIO DE JANEIRO?

No estado do Rio de Janeiro, toda a produção de gás natural é realizada de forma associada ao petróleo. Ademais, temos uma situação restritiva quanto à entrega desse energético ao mercado consumidor, pois o acesso às infraestruturas essenciais – escoamento, tratamento e transporte – não são livres para novos *players*.

O que observamos, então, é o crescimento menos intensivo da produção líquida de gás natural[2] quando comparada com sua produção bruta, como apresentando no Gráfico 6. No caso específico dos campos produtores do Rio de Janeiro, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2018, a produção bruta cresceu 155%, enquanto que a líquida apenas 81%.

Gráfico 6. Produção de gás natural e óleo no Rio de janeiro – 2008 até 2018



Fonte: elaboração própria com dados da ANP, 2019.

Isso ocorreu devido ao aumento expressivo da reinjeção, de 200% e concentrada a partir de 2014 com a expansão da produção no Pré-Sal. A produção de óleo, por sua vez, cresceu apenas 35% ou 0,23% ao mês. O principal campo produtor deste período é o de Lula, e comportamento semelhante foi observado em seu perfil de produção. Enquanto que a reinjeção de gás cresceu 5,8 vezes mais que a produção de óleo, ao passo que a produção líquida de gás natural cresceu 2,3 vezes.

Em parte, a reinjeção de gás é feita com o objetivo de aumentar ou melhorar a recuperação do campo. Mas nos campos do Rio de Janeiro a razão se assemelha mais a um perfil de reinjeção apenas visando viabilizar a continuidade da produção de óleo.

[2] Produção Líquida de Gás Natural é toda a produção deduzida a queima, o consumo na plataforma e reinjeção.

Por isso, foi acertada a sanção do Decreto Federal nº 9.616 de 2018, o qual deu passos importantes na direção de dinamização do mercado de gás natural no Brasil ao tratar da abertura das regras de acesso e das infraestruturas essenciais de gás natural. Uma das decisões, por exemplo, versam sobre a regulamentação do modelo de entradas e saídas para utilização do sistema de transporte de gás natural.

Esse modelo irá melhor representar a utilização de fato do sistema de transporte pelos compradores de gás. Hoje, o pagamento pelo uso da rede é socializado entre consumidores de blocos regionais. Para o Rio, é também um ônus para o consumidor, pois pagamos o mesmo custo que toda a região Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

A abertura do uso das infraestruturas essenciais, atrelada à uma tarifação pelo uso do sistema de transporte, trará ganhos competitivos para a região sudeste e, principalmente para o estado do Rio. **A redução do custo de transporte, por exemplo, geraria economias de até R$ 1,2 bilhão[3] para indústria e mercado GNV fluminense.**

Especificamente para o mercado de GNV, é preciso ações para planificar a precificação dos combustíveis automotores comercializados. Uma metodologia já utilizado pelos Estados Unidos é a parametrização com o conteúdo energético de um litro de gasolina equivalente (lge)[4], que visa facilitar a decisão do consumidor na hora do abastecimento ao parametrizando os combustíveis na mesma base energética.

Em avaliações preliminares, utilizando a precificação atual, estima-se que a percepção de economia durante o abastecimento (na bomba) aumentaria significativamente. **Considerando dezembro de 2018, a economia na bomba do GNV frente a gasolina aumentaria de 33% para 49% e com relação ao etanol de 5% para 43%.**

[3] O potencial de economia dependerá da regulamentação do modelo de entrada e tarifa e do nível da redução da parcela de transporte.

[4] Nos Estados Unidos a parametrização feita para a precificação é galão equivalente de gasolina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto as questões conjunturais e estruturais não avançam, seguiremos reinjetando mais de 30% do nosso gás produzido, reduzindo e simplificando nossa base consumidora e, também, desestimulando o desenvolvimento de novos projetos de fornecedores.

Como resultado de um mercado de dois monopólios, de produção e de distribuição, de um lado, as indústrias que dependem do gás cogitam fechar suas plantas no estado, pois com é quase impossível sobreviver a ajustes do preço do gás que acumularam 98% em dois anos.

E, também, novos projetos de produção com altos volumes esperados de gás natural de companhias independentes, como do bloco BM-C-33 no Rio de Janeiro e Carcará em São Paulo, esperam melhorias no arcabouço para acesso às infraestruturas escoamento, tratamento e transporte.

Temos não apenas um grande potencial de desenvolvimento do mercado de gás natural, como também a necessidade de o fazer para fortalecer a economia fluminense. O modelo atual restringe novos fornecedores e sufoca os consumidores.

Apenas nos últimos dois anos, o modelo de precificação impactou em R$ 1,6 bilhão a economia do estado, o que coloca em risco pelo menos 40 mil empregos diretos industriais, acentuando a crise dos últimos anos que desempregou 34% da mão-de-obra industrial fluminense.

Diante do quadro atual, é absolutamente necessário a adoção de medidas de revisão da regulamentação atual, conforme propostas do Quadro 1, o modelo de precificação e planificar o preço do GNV na bomba.

Novos projetos de consumo, capazes de sustentar demanda firme pelo gás, são essenciais para consolidação do Rio como *hub* de gás no país. Entre eles, estão a expansão de usinar de geração elétrica, plantas petroquímicas e de fertilizantes.

A Firjan acredita que, somente dessa forma, será possível garantir a sobrevivência da indústria fluminense e desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil, impulsionando o consumo do energético.

Quadro 1. Propostas para desenvolvimento do mercado de gás natural no Rio de Janeiro e brasil

Âmbito Federal

DIRETRIZ:
Aumento da participação de agentes privados
+
Revisão do marco regulatório

Considerar os resultados das propostas do **Programa Gás para Crescer**

- Acesso garantido e regulado à **infraestruturas de escoamento e tratamento**
- Livre acesso à **infraestrutura de transporte**
- Estabelecimento de tarifa que melhor reflita a **distância percorrida pela molécula**
- **Alinhamento do setor elétrico com o mercado de gás natural**, com despacho de UTEs à GN na base

Plano para expansão do uso do GN como combustível para veículos leves e pesados (substituição do diesel)

Decisão do CADE sobre poder de mercado da Petrobras em gás natural

Âmbito Estadual

DIRETRIZES:
Plano de investimento da distribuidoras alinhado com as necessidades do estado
+
Atração de invesimentos e sobrevivência dos consumidores

Revisão do contrato vigente de fornecimento de gás às distribuidoras

Limitar o repasse do Preço de Gás de Ultrapassagem ao consumidor final

Reduzir a necessidade temporal de contrato de fornecimento para consumidor livre

Regulação sob o contrato de fornecimento de gás para distribuidoras

Induzir **comportamento em prol do desenvolvimento do mercado** pelas distribuidoras

Sindirepa

Firjan SENAI SESI IEL CIRJ

Gestão: Celso Mattos